



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

**Processo:** TC - 006504/989/23-7

**Interessado:** Município de Igarapava

**Assunto:** Contas de 2020

**Matéria em Exame:** Pedido de Reexame.

### Senhora Assessora Procuradora Chefe

Por decisão da E. Primeira Câmara<sup>1</sup>, foi emitido Parecer Desfavorável às contas de 2020 do Município de Igarapava, em vista aportes ao RPPS não efetuados, baixo índice de efetividade na gestão Municipal – IEG-M Geral “c”.

Inconformada, a Prefeitura interpôs PEDIDO DE REEXAME, visando à reforma da respeitável decisão.

Setor de Economia é pelo não provimento do apelo. (ev.20)

É o brevíssimo relatório.

---

<sup>1</sup> Sessão de 29/11/2022 – TC – 3107/989/20-4.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

A peça recursal foi interposta tempestivamente<sup>2</sup>, considerando que a decisão recorrida foi publicada no D.O.E. em 16.12.22 e as razões do recurso foram protocolizadas neste Tribunal em 08.03.23.

Cumpra esclarecer que por meio do Comunicado GP nº 8/2016<sup>3</sup>, publicado em 28.4.2016, restou instituído que na contagem de prazos processuais em dias estabelecidos por norma, Auditor ou Conselheiro, computar-se-ão somente os dias úteis.

<sup>2</sup> Ato GP 31/22

<sup>3</sup> **COMUNICADO GP Nº 08/2016**

Contagem de Prazos Processuais

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO que, com a entrada em vigor da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, novo Código de Processo Civil, alterou-se a forma de contagem dos prazos processuais, quando fixados em dias, consoante o seu artigo 219;

CONSIDERANDO as relevantes razões envolvendo, sobretudo segurança jurídica aos que lidam com o processo de contas, e que recomendam prestigiar a nova disposição legal, de caráter geral, estendendo sua aplicabilidade também a processos que tramitam perante esta Corte de Contas;

CONSIDERANDO, ainda, as disposições do artigo 119 da Lei Complementar Estadual n. 709/93 sobre aplicação supletiva da legislação federal, no caso de ausência de norma específica à matéria disciplinada na Lei Orgânica deste Tribunal; e CONSIDERANDO a proposta sobre a questão da contagem de prazos formulada pela Comissão de Estudos para alteração de normas regimentais (TC-A 20613/026/10) à luz do novo Código de Processo Civil;

**COMUNICA** que, *na contagem de prazos processuais em dias, estabelecidos por norma, Auditor ou Conselheiro, computar-se-ão somente os dias úteis.*

GP, em 27 de abril de 2016.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Presidente

Publicado no DOE de 28 de abril de 2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Estando presentes os demais pressupostos legais de admissibilidade, quais sejam legitimidade e adequação, preliminarmente sou pelo conhecimento do recurso.

No mérito, a recorrente solicita seja dado provimento ao presente pedido de reexame, para o fim de ser retificado o v. Parecer proferido pela E. Primeira Câmara, com emissão, agora, de parecer favorável às contas, em conformidade com as razões recursais inseridas no evento 1.

Entretanto, conforme asseverou Setor abalizado (ev.20) explicações apresentadas revelam-se inábeis para descaracterizar os óbices apontados.

Com relação edição da Lei Municipal nº 925, de 29/12/2020, que autorizava a suspensão do pagamento dos aportes previdenciários mantém posicionamento desfavorável em razão da r. decisão combatida ter considerado sua edição.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Ademais, a r. decisão mencionou às contas do exercício de 2021, na qual a Prefeitura deixou de repassar importância a título de aportes gerando novo termo de parcelamento, como também os repasses a partir de junho/22 houve redução na sua importância, demonstrando dificuldades da Prefeitura em adimplir com os compromissos para cobertura do déficit atuarial.

Nessa ordem de coisas, não alcançando descaracterizar as irregularidades que motivaram o julgamento desfavorável, acompanho a Unidade especialista, pelo não provimento do recurso, mantendo a r. decisão guerreada pela rejeição das contas, inclusive com as recomendações e determinações previstas.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 25 de agosto de 2023.

**Francisco José Da Silva**  
Assessoria Técnica